

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DO TEMA	11
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	15
3. ASPECTOS FORMAIS	16
CAPÍTULO II - ORIGENS HISTÓRICAS	17
1. CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE NO DIREITO ROMANO	17
2. A CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE NO DIREITO LUSO-BRASILEIRO ANTIGO	25
2.1. Capelas e Morgados	28
2.2. Pactos e condições	30
CAPÍTULO III - DA CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE	34
1. A CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE NA DOCTRINA E AS OBJEÇÕES À SUA APLICAÇÃO	34
1.1. Objeções práticas	34
1.2. Objeções econômicas	35
1.3. Objeções constitucionais	36
1.3.1. Ofensa à liberdade de trabalho	36
1.3.2. A Afronta à Legítima	36
1.3.3. Ofensa à liberdade e à igualdade	38
1.3.4. Ofensa ao direito de propriedade	38
2. NATUREZA JURÍDICA DA CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE	39

2.1. O Sentido de Natureza Jurídica	39
2.2. As Teorias da Natureza Jurídica da Cláusula de Inalienabilidade	39
2.2.1. Teoria da incapacidade do proprietário	40
2.2.2. Teoria da obrigação de não alienar	40
2.2.3. Teoria da Indisponibilidade Real do Bem Inalienável	42
3. ESPÉCIES DA CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE	43
4. DOS EFEITOS DA CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE	44
4.1. Consequência da violação da cláusula de inalienabilidade	45
4.1.1. A desapropriação	46
4.1.2. A execução de dívidas tributárias do imóvel	46
5. AS DIVERGÊNCIAS ENTRE A CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE E O FIDEICOMISSO	46

CAPÍTULO IV - DA CLÁUSULA DE INCOMUNICABILIDADE 51

1. DA CLÁUSULA DE INCOMUNICABILIDADE	51
1.1. Advertência introdutória	51
1.2. Definição de incomunicabilidade	51
2. RELAÇÃO ENTRE INCOMUNICABILIDADE E INALIENABILIDADE	52
2.1. Colocação do problema	52
2.2. Nossa posição	54
2.3. Diferentes limites para as cláusulas	55
3. O PROJETO DE LEI N. 699/2011 E A JUSTA CAUSA PARA A CLÁUSULA DE INCOMUNICABILIDADE	56
4. PROBLEMAS OPERATIVOS	57

CAPÍTULO V - DA CLÁUSULA DE IMPENHORABILIDADE 59

1. DA CLÁUSULA DE IMPENHORABILIDADE	59
1.1. Conceito de impenhorabilidade	59

1.2. A relação entre incomunicabilidade e impenhorabilidade.....	59
1.3. As objeções à cláusula de impenhorabilidade	60
1.4. Impenhorabilidade temporária e vitalícia	60
1.5. A transmissão dos bens clausulados	61
1.6. A impenhorabilidade dos frutos e rendimentos de bens inalienáveis	62

CAPÍTULO VI - DA SUB-ROGAÇÃO DE VÍNCULOS DE BENS INALIENÁVEIS

1. DA SUB-ROGAÇÃO DE VÍNCULOS DE BENS INALIENÁVEIS.....	69
1.1. A sub-rogação na legislação anterior.....	69
1.2. A sub-rogação no direito atual	75
2. DA SUB-ROGAÇÃO DE BENS VEDADA PELO TESTADOR.....	75

CAPÍTULO VII - DA REVOGAÇÃO DA CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE NAS DOAÇÕES

1. A REVOGAÇÃO DA CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE NAS DOAÇÕES.....	78
--	-----------

CAPÍTULO VIII - O DESAPARECIMENTO SUPERVENIENTE DA JUSTA CAUSA

1. O DESAPARECIMENTO SUPERVENIENTE DA JUSTA CAUSA	82
1.1. Colocação do Problema	82
1.2. Tentativa de Solução	82

CAPÍTULO IX - AS CLÁUSULAS NO REGISTRO DE IMÓVEIS

1. AS CLÁUSULAS NO REGISTRO DE IMÓVEIS.....	84
1.1. Aspectos gerais. A justa causa	84

1.2. O cancelamento de averbação de cláusulas restritivas	84
1.3. Averbação da cláusula de incomunicabilidade em face do estado civil	85

CAPÍTULO X - AS CLÁUSULAS RESTRITIVAS NO DIREITO COMPARADO 87

1. As CLÁUSULAS RESTRITIVAS NO DIREITO COMPARADO	87
1.1. Direito italiano	87
1.2. Direito francês	92
1.3. Direito alemão	97
1.4. Direito suíço	98
1.5. Direito espanhol	99

CAPÍTULO XI - AS CLÁUSULAS RESTRITIVAS E A JURISPRUDÊNCIA 101

1. As CLÁUSULAS RESTRITIVAS E A JURISPRUDÊNCIA	101
1.1. Explicação introdutória	101
1.2. Âmbito jurisdicional	101
1.2.1. As cláusulas e a doação	101
1.2.1.1. Breve comentário	101
1.2.1.2. Julgados	102
1.2.2. Cláusula de incomunicabilidade e direitos hereditários	108
1.2.2.1. Breve comentário	108
1.2.2.2. Julgados	108
1.2.3. Abrandamento/Revogação de cláusulas	110
1.2.3.1. Breve comentário	110
1.2.3.2. Julgados	110
1.2.4. Vigência da cláusula de inalienabilidade	122
1.2.4.1. Breve comentário	122
1.2.4.2. Julgado	122

1.2.5. Cláusulas e Sub-rogação.....	122
1.2.5.1. Julgados	122
1.2.6. Autonomia das cláusulas.....	126
1.2.6.1. Breve comentário.....	126
1.2.6.2. Julgados	126
1.3. As cláusulas e o Registro de Imóveis: julgados correccionais.....	129
1.3.1. Introdução	129
1.3.1.1. Julgados	129

CONCLUSÕES

137

BIBLIOGRAFIA

140